Reino de Portugal (1139-1910)

1ª Dinastia – Dinastia de Borgonha / Dinastia Afonsina

#	Nome		Início do reinado	Fim do reinado	Cognome(s)	Notas
1	D. Afonso I		27 de Julho de 1139	6 de Dezembro de 1185	O Conquistador, O Fundador, O Grande	Também chamado Afonso Henriques (Afonso, filho de D. Henrique; aqui radica a designação que os muçulmanos lhe atribuíram, Ibn-Arrik - «filho de Henrique»).
2	D. Sancho I		6 de Dezembro de 1185	27 de Março de 1211	O Povoador	
3	D. Afonso II		27 de Março de 1211	25 de Março de 1223	O Gordo, O Crasso, O Gafo, O Legislador	
4	D. Sancho II		25 de Março de 1223	11 de Junho de 1247	O Capelo, O Piedoso	Deposto pelo Papa Inocêncio IV no I Concílio de Lyon, em Julho de 1245, sob a acusação de «*rex inutilis* », viria a abdicar em 1247, exilando-se em Toledo, e vindo a falecer pouco tempo depois, em inícios de 1248.
5	D. Afonso III		3 de Janeiro de 1248	16 de Fevereiro de 1279	O Bolonhês	
6	D. Dinis I		16 de Fevereiro de 1279	7 de Janeiro de 1325	O Lavrador, O Rei-Trovador, O Rei-Poeta	
7	D. Afonso IV		7 de Janeiro de 1325	28 de Maio de 1357	O Bravo	
8	D. Pedro I		28 de Maio de 1357	18 de Janeiro de 1367	O Justiceiro, O Cruel	
9	D. Fernando I		18 de Janeiro de 1367	22 de Outubro de 1383	O Formoso, O Inconstante	

Interregno (1383 - 1385)

Designação dada por toda a historiografia ao período que medeia a morte de D. Fernando e a ascensão ao trono do seu meio-irmão bastardo, o mestre de Avis D. João, e que compreende as regências de D. Leonor Teles de Menezes e do próprio mestre de Avis.

#	Nome		Início da regência	Fim da regência	Cognome(s)	Notas
-	D. Leonor Teles de Menezes		22 de Outubro de 1383	16 de Dezembro de 1383		Exerce a regência em nome de sua filha D. Beatriz, rainha de jure de Portugal, nos termos do tratado de Salvaterra de Magos
-	D. João, mestre de Avis		16 de Dezembro de 1383	6 de Abril de 1385		

2ª Dinastia – Dinastia de Avis / Dinastia Joanina

#	Nome		Início do reinado	Fim do reinado	Cognome(s)	Notas
10	D. João I		6 de Abril de 1385	14 de Agosto de 1433	*O de Boa Memória, O Eloquente*	
11	D. Duarte I		14 de Agosto de 1433	9 de Setembro de 1438	*O Rei-Filósofo*	
12	D. Afonso V		9 de Setembro de 1438	11 de Novembro de 1477	*O Africano*	Abdica em favor do filho, no contexto da sua jornada à corte francesa.
13	D. João II		11 de Novembro de 1477	15 de Novembro de 1477	*O Príncipe Perfeito*	Aclamado rei nas Cortes de Santarém de 1477; abdica ao regressar ao Reino o seu pai, quatro dias mais tarde.
12	D. Afonso V (2.º reinado)		15 de Novembro de 1477	28 de Agosto de 1481	*O Africano*	Reassume a realeza, a pedido do filho.
13	D. João II (2.º reinado)		28 de Agosto de 1481	25 de Outubro de 1495	*O Príncipe Perfeito*	
14	D. Manuel I		25 de Outubro de 1495 [1]	13 de Dezembro de 1521	*O Venturoso*	É sob seu reinado que é descoberto o Brasil
15	D. João III		13 de Dezembro de 1521	11 de Junho de 1557	*O Piedoso*	
16	D. Sebastião I		11 de Junho de 1557	27 de Agosto de 1578	*O Príncipe Desejado*	
17	D. Henrique I		27 de Agosto de 1578	31 de Janeiro de 1580	*O Casto, O Cardeal-Rei*	
-	Conselho de Governadores do Reino de Portugal		31 de Janeiro de 1580	17 de Julho de 1580 [2]		D. António, Prior do Crato foi aclamado rei de Portugal a 9 de Junho de 1580, em Santarém, pelos seus partidários, opondo-se durante todo o resto da sua vida ao domínio filipino, todavia sem êxito.[3]

3ª Dinastia – Casa de Habsburgo / Dinastia Filipina / Casa de Áustria

Os soberanos desta dinastia foram também reis de Castela, Países Baixos, Nápoles, Sicília, Leão, Aragão, Valência, Galiza, Navarra, Granada, duques da Borgonha, etc., títulos genericamente reunidos sob a designação de **Reis de Espanha**.

#	Nome		Início do reinado	Fim do reinado	Cognome(s)	Notas
18	Filipe I		17 de abril de 1581 [4]	13 de Setembro de 1598	*O Prudente*	Também Filipe II em Espanha (1556-1598)
19	Filipe II		13 de Setembro de 1598	31 de Março de 1621	*O Pio, O Piedoso*	Filipe III em Espanha (1598-1621)
20	Filipe III		31 de Março de 1621	1 de Dezembro de 1640	*O Grande, O Opressor*	Filipe IV em Espanha (1621-1665)

Durante este período de sessenta anos, os reis fizeram-se representar em Portugal por um vice-rei ou um corpo de governadores - veja a lista de vice-reis durante a dinastia filipina.
À revolta de 1 de Dezembro de 1640 seguiu-se a *Guerra da Aclamação* , depois chamada, pela historiografia romântica do século XIX, como *Guerra da Restauração* .

4ª Dinastia – Dinastia de Bragança / Dinastia Brigantina

#	Nome		Início do reinado	Fim do reinado	Cognome(s)	Notas
21	D. João IV		15 de Dezembro de 1640	6 de Dezembro de 1656	*O Restaurador*	
22	D. Afonso VI		6 de Dezembro de 1656	12 de Setembro de 1683	*O Vitorioso*	Regências de D. Luísa de Gusmão (6 de Dezembro de 1656 – 26 de Junho de 1662) e do Infante D. Pedro (23 de Novembro de 1667 – 12 de Setembro de 1683)
23	D. Pedro II		12 de Setembro de 1683	9 de Dezembro de 1706	*O Pacífico*	
24	D. João V		1 de Janeiro de 1707	31 de Julho de 1750	*O Magnânimo*	
25	D. José I		31 de Julho de 1750	24 de Fevereiro de 1777	*O Reformador*	
26	D. Maria I		24 de Fevereiro de 1777	20 de Março de 1816	*A Piedosa, A Louca*	Regência do Príncipe D. João (despacho governativo: 1792 – 1799; regente: 15 de Julho de 1799 – 20 de Março de 1816)
-	D. Pedro III		24 de Fevereiro de 1777	5 de Março de 1786	*O Capacidónio, O Edificador*	Rei-consorte de D. Maria I
27	D. João VI		20 de Março de 1816	10 de Março de 1826	*O Clemente*	Regente de Portugal 1792-1799; Príncipe-Regente de Portugal e Algarves 1799-1808; Príncipe-Regente de Portugal, Brasil e Algarves (1808-1816; Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1816-1825); Rei de Portugal e dos Algarves e Imperador Titular do Brasil (1825-1826)
28	D. Pedro IV		26 de Abril de 1826	2 de Maio de 1826	O Rei-Soldado, O Rei-Imperador, O Libertador	Também Imperador do Brasil (1 de Dezembro de 1822 – 7 de Abril de 1831); regente de Portugal (1831 – 1834)
29	D. Maria II (1.º reinado)		2 de Maio de 1826	11 de Julho de 1828	*A Educadora*	
30	D. Miguel I		11 de Julho de 1828	26 de Maio de 1834	*O Rei Absoluto, O Usurpador*	Regente em nome de D. Maria II (2 de Maio de 1826 – 11 de Julho de 1828)
29	D. Maria II (2.º reinado)		20 de Setembro de 1834	15 de Novembro de 1853	*A Educadora*	Regência do pai D. Pedro (1831 – 1834)
-	D. Fernando II		16 de Setembro de 1837	15 de Novembro de 1853	*O Rei-Artista*	Rei-consorte de D. Maria II; oriundo da família de Saxe-Coburgo-Gotha [5]
31	D. Pedro V		15 de Novembro de 1853	11 de Novembro de 1861	*O Esperançoso, O Bem-Amado*	Regência do pai D. Fernando (15 de Novembro de 1853 - 16 de Setembro de 1855)
32	D. Luís I		11 de Novembro de 1861	19 de Outubro de 1889	*O Popular, O Bom*	
33	D. Carlos I		19 de Outubro de 1889	1 de Fevereiro de 1908 [6]	*O Diplomata, O Martirizado*	Assassinado pelos Republicanos
34	D. Manuel II		1 de Fevereiro de 1908	5 de Outubro de 1910	*O Patriota, O Desventurado, O Rei-Saudade*	Implantação da República

Notas e Referências

1. ↑ Por morte de D. João II sem filhos legítimos (o príncipe D. Afonso falecera em condições trágicas nunca completamente esclarecidas em 1491), nem irmãos sobrevivos (a infanta Santa Joana, sua irmã, falecera em 1490), não obstante haver tentado legitimar um seu filho natural, o infante D. Jorge de Lancastre, futuro Duque de Coimbra, a Coroa Portuguesa acabou por passar para o seu primo e cunhado D. Manuel, Duque de Beja, o qual era filho de D. Fernando, Duque de Viseu (irmão do rei D. Afonso V), e de D. Beatriz (filha do infante D. João, o penúltimo dos membros da *Ínclita Geração*). Assim, embora pelo lado do pai fosse neto do rei D. Duarte, e pelo lado da mãe, bisneto de D. João I, o facto de não ser herdeiro directo, mas sim colateral, leva a que surjam, por vezes, referências a uma pretensa quebra na casa reinante da dinastia de Avis, o que não faz qualquer sentido.

2. ↑ Nesse dia 17 de Julho de 1580, em Castro Marim, três dos cinco governadores assinam o reconhecimento de Filipe II como rei de Portugal. Fonte: História de Portugal, sob a direcção de José Mattoso, Editorial Estampa, Terceiro Volume, páginas 561 e 562, ISBN 972-33-1084-8

3. ↑ segundo alguns historiadores portugueses, como Joaquim Veríssimo Serrão, D. António terá sido mesmo rei de Portugal, ao menos desde 19 de Junho de 1580, data da sua formal aclamação ao trono pelos seus partidários, em Santarém, até à derrota na batalha de Alcântara, a 25 de Agosto seguinte. Quem nunca o deixou de reconhecer como seu rei, até 1583, foram as populações da Terceira e das demais ilhas de Baixo açorianas, que prosseguiram a guerra e resistiram ao invasor. A maioria dos historiadores não o considera, todavia, um rei português, devido à existência na época de três centros de poder: o de D. António, em Lisboa, o de Filipe II, em Badajoz, e o dos governadores, em Setúbal, assim como pelo facto de quase todos os bispos, grandes e senhores se haverem então passado para Filipe II. Diversamente, o povo aclamou-o em não poucas cidades e vilas do reino, no entanto a resistência popular depressa se esvaeceria. Fontes: História de Portugal, sob a direcção de José Mattoso, Editorial Estampa, Terceiro Volume, páginas 561 a 563, ISBN 972-33-1084-8; Dicionário de História de Portugal, coordenado por Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Volume I, páginas 157 a 159.

4. ↑ Filipe II começou logo a exercer o seu poder ainda em 1580, embora apenas parcialmente, pois ainda não dominava todo o território; só em 1581, com as Cortes de Tomar, se tornou Rei de Portugal *de jure* , e apenas em 1583 conseguiu abafar todos os pontos que ainda eram afectos ao Prior do Crato.

5. ↑ Esta alegada mudança de nome na Dinastia de Bragança, reinante em Portugal, por morte de D. Maria II, para Bragança-Saxe-Coburgo-Gotha (ou mais correctamente, *Bragança-Wettin*), não é de todo reconhecida pela historiografia portuguesa, sendo antes uma criação das historiografias estrangeiras (sobretudo a francesa, que não reconhece a sucessão por via feminina, fazendo assim aplicar à dinastia reinante em Portugal o nome dinástico do rei consorte). Assim, embora a linha de sucessão prossiga em linha recta, pelo casamento da Rainha D. Maria II com um príncipe estrangeiro (D. Fernando II de Saxe-Coburgo-Gotha), teria cessado na Casa Real portuguesa a varonia de D. Afonso Henriques, mantida ao longo de sete séculos (note-se que a outra rainha portuguesa, D. Maria I, casara com o tio D. Pedro III, pelo que se manteve o sangue do primeiro rei de Portugal), tendo então passado a correr o sangue da casa de Wettin nas veias dos *Bragança* . Contudo, em Portugal sempre as mulheres puderam transmitir o nome, bem como o património, na falta de herdeiro varão na família. Isto leva a encontrar-se por vezes escrito, entre historiadores estrangeiros, a existência de uma quinta dinastia em Portugal - uma divisão aparentemente artificial dentro da última dinastia real portuguesa, governada pela suposta casa de *Bragança-Wettin* , a qual compreenderia os reis entre D. Pedro V e D. Manuel II. Para todos os efeitos, considera-se mais válida a divisão tradicional em quatro dinastias, face à legalidade da designação de dinastia de Bragança, única utilizada, e determinada pela Casa Real e pela generalidade das pessoas, até 1910 e depois dessa data.

6. ↑ O herdeiro do trono, D. Luís Filipe, Príncipe Real de Portugal, ainda que tenha sobrevivido escassos minutos ao seu pai, não foi nunca considerado como rei de Portugal (embora tenha sido chamado, por alguns estrangeiros, de *D. Luís II*); nem o poderia ser, pois em Portugal só eram considerados reis "de jure" os príncipes depois de jurarem os foros, liberdades e garantias no acto da sua aclamação ao trono (até 1834), ou de jurarem a Constituição (depois daquela data), em sessão solene e plenária das Cortes. Desta forma, o trono recaiu de imediato no seu irmão mais novo, D. Manuel II, depois de juramentado.

(*) Todos estes reis foram também soberanos do reino do Algarve, a partir de D. Afonso III; antes dele, D. Sancho I usou esse título (ou o alternativo *rei de Silves*) entre 1189 e 1191.

Titulatura régia

Ao longo da história, o título oficial dos Reis de Portugal foi sendo alterado. Os Reis de Portugal tiveram os seguintes títulos:

Usado por	Motivo	Período	Título
D. Afonso Henriques, D. Sancho I	Afonso Henriques proclamado rei.	1140–1189	Pela Graça de Deus, Rei dos Portugueses (Dei Gratiae, Rex Portugalensium)
D. Sancho I	Tomada de Silves (1189).	1189–1191	Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e de Silves (Dei Gratiae, Rex Portugaliae & Silbis) Pela Graça de Deus, Rei de Portugal, de Silves e do Algarve (Dei Gratiae, Rex Portugaliae, Silbis & Algarbii; esta intitulação surge em dois documentos nos quais D. Sancho restaura a diocese de Silves em favor de D. Nicolau)
D. Sancho I	Perda de Silves, retomada pelos Almoadas (1191).	1191–1211	Pela Graça de Deus, Rei dos Portugueses (Dei Gratiae, Rex Portugalensium)
D. Afonso II, D. Sancho II		1211–1248	Pela Graça de Deus, Rei de Portugal (Dei Gratiae, Rex Portugaliae)
D. Afonso III	Afonso, casado com Matilde II, condessa de Bolonha, ascende ao trono por morte do irmão sem herdeiros.	1248–1259	Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e Conde de Bolonha (Dei Gratiae, Rex Portugaliae & Comes Boloniae)
D. Afonso III	Pela morte de D. Matilde, Afonso III abandona o título de Conde de Bolonha (1259).	1259–1267	Pela Graça de Deus, Rei de Portugal (Dei Gratiae, Rex Portugaliae)
D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I, D. Fernando I	D. Afonso III recebe o senhorio do Algarve pelo Tratado de Badajoz (1267).	1267–1369	Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e do Algarve (Dei Gratiae, Rex Portugaliae & Algarbii)

D. Fernando I	Pretensão de D. Fernando à Coroa de Castela.	1369–1371	Pela Graça de Deus, Rei de Castela, de Leão, de Portugal, de Toledo, da Galiza, de Sevilha, de Córdova, de Múrcia, de Jáen, do Algarve, de Algeciras e Senhor de Molina
D. Fernando I	Renúncia aos títulos castelhanos após a Paz de Alcoutim (1371).	1371–1383	Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e do Algarve
vacatura do trono	Guerra civil e contra Castela.	1383–1385	Inexistência de título
D. João I		1385–1415	Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e do Algarve
D. João I, D. Duarte, D. Afonso V	Conquista de Ceuta (1415).	1415–1458	Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e do Algarve, e Senhor de Ceuta
D. Afonso V	Conquista de Alcácer Ceguer (1458).	1458–1471	Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e do Algarve, e Senhor de Ceuta e de Alcácer em África
D. Afonso V	Conquista de Arzila e Tânger (1471) e elevação do senhorio do Norte de África à condição de Reino d'Além-Mar.	1471–1475	Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África
D. Afonso V	Pretensão de D. Afonso V à Coroa de Castela, pelo seu casamento com Joana, a Beltraneja.	1475–1479	Pela Graça de Deus, Rei de Castela, de Leão, de Portugal, de Toledo, de Galiza, de Sevilha, de Córdova, de Jáen, de Múrcia, dos Algarves d'Aquém e d'Além Mar em África, de Gibraltar, de Algeciras, e Senhor da Biscaia e de Molina
D. Afonso V, D. João II	Renúncia aos títulos castelhanos após a Paz das Alcáçovas-Toledo.	1479–1485	Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África
D. João II, D. Manuel I	Criação do senhorio da Guiné abrangendo as possessões portuguesas que se estendiam pelo Golfo da Guiné.	1485–1499	Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, e Senhor da Guiné
D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião, D. Henrique, D. António	Após o regresso de Vasco da Gama da Índia, em 1499, o título régio é reformulado e atinge a sua plenitude.	1499–1580	Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, etc.
D. Filipe I, D. Filipe II, D. Filipe III	Com o domínio filipino, juntam-se os demais títulos dos Áustrias à titulatura portuguesa.	1580–1640	Pela Graça de Deus, Rei de Castela, de Leão, de Aragão, das Duas Sicílias, de Jerusalém, de Portugal, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valência, da Galiza, de Maiorca, de Sevilha, da Sardenha, de Córdova, da Córsega, de Múrcia, de Jáen, dos Algarves, de Algeciras, de Gibraltar, das Ilhas de Canária, das Índias Orientais e Ocidentais, Ilhas e Terra Firme do Mar-Oceano, Conde de Barcelona, Senhor da Biscaia e de Molina, Duque de Atenas e de Neopátria, Conde de Rossilhão e da Cerdanha, Marquês de Oristano e de Gociano, Arquiduque de Áustria, Duque da Borgonha, do Brabante e de Milão, Conde de Habsburgo, da Flandres e do Tirol, etc.
D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V, D. José I, D. Maria I (com D. Pedro III)	Com a Restauração da Independência (1640), regressa-se ao velho estilo adoptado por D. Manuel I.	1640–1815	Pela Graça de Deus, Rei (ou Rainha) de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor(a) da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, etc.
D. Maria I, D. João VI	O Brasil é elevado a Reino dentro do Império Português (1815).	1815–1825	Pela Graça de Deus, Rei (ou Rainha) do Reino Unido de Portugal, Brasil e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor(a) da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, etc.

D. João VI	Ao reconhecer a independência do Império do Brasil pelo Tratado do Rio de Janeiro, D. João VI passa a usar por carta de lei de 15 de Novembro de 1825, o título de imperador do Brasil, que lhe fora deferido por seu filho D. Pedro I.	1825–1826	Pela Graça de Deus, Imperador do Brasil, e Rei do Reino Unido de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, etc.
D. Pedro IV	Durante o seu breve reinado de oito dias, embora mantendo a destrinça entre os dois Estados, o título reflectiu a união das duas coroas sobre a cabeça do mesmo dinasta.	1826	Por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, etc.
D. Maria II, D. Miguel I, D. Maria II (com D. Fernando II), D. Pedro V, D. Luís I, D. Carlos I, D. Manuel II	Após a abdicação de D. Pedro em favor da filha, retorna-se definitivamente à fórmula anteem vigor desde 1640, que vigorará agora até ao fim da Monarquia.	1826–1910	Pela Graça de Deus, Rei (ou Rainha) de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor(a) da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, etc.

Quanto ao estilo usado nas formas de adereçamento ao monarca, também ele evoluiu da seguinte maneira:

Estilo	Usado por	Período	Motivo
Sua Mercê	D. Afonso I, D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I, D. Fernando I, D. João I	1140–1433	
Sua Alteza Real (SAR)	D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião	1433–1433	Estilo introduzido em Portugal por influência inglesa, através da rainha D. Filipa de Lencastre.
Sua Majestade (SM)	D. Sebastião	1577–1578	Por ocasião da entrevista de Guadalupe (1577), concedida por Filipe II de Espanha a seu sobrinho D. Sebastião, e do tratamento majestático que lhe foi concedido pelo tio, D. Sebastião passa a usar a fórmula de adereçamento Sua Majestade, prenunciando o seu desejo imperial de conquista de África.
Sua Alteza Real (SAR)	D. Henrique, D. António	1578–1580	Com a morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, o Cardeal-Rei regressa à fórmula anterior, por considerar o tratamento majestático apenas adequado para o divino.
Sua Majestade (SM)	Filipe I, Filipe II, Filipe III, D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V	1580–1748	Com a incorporação de Portugal nos domínios dos Habsburgos da Espanha, onde, devido à influência de Carlos V, rei de Castela e imperador da Alemanha, se havia difundido o tratamento de Majestade, este passa também à órbita portuguesa, mantendo-se mesmo após a Restauração da Independência (1640).
Sua Majestade Fidelíssima (SMF)	D. João V, D. José I, D. Maria I (com D. Pedro III), D. João VI	1748–1825	D. João V consegue da Santa Sé o reconhecimento do título de Majestade Fidelíssima para a Coroa Portuguesa, por contraponto ao uso de *Sua Majestade Católica* em Espanha e *Sua Majestade Cristianíssima* em França.
Sua Majestade Imperial e Fidelíssima (SMI&F)	D. João VI, D. Pedro IV	1825–1826	Com o reconhecimento da independência do Brasil, em 1825, D. João VI reserva também para si, ao abrigo das disposições do Tratado do Rio de Janeiro, o título de Sua Majestade Imperial; com a sua morte no ano seguinte, e a subida ao trono do filho mais velho, também ele imperador do Brasil (D. Pedro IV), mantém-se o uso da fórmula dúplice, até à sua abdicação em favor da filha D. Maria da Glória.
Sua Majestade Fidelíssima (SMF)	D. Maria II, D. Miguel I, D. Maria II (com D. Fernando II), D. Pedro V, D. Luís I, D. Carlos I, D. Manuel II	1826–1910	Após a abdicação de D. Pedro IV, retorna-se ao anterior estilo.